

INTERSECÇÕES

REVISTA DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO DA ORDEM DOS ARQUITECTOS
OUT. NOV. DEZ. 2024 #1



#1 | SAAL . LISBOA | OUT. NOV. DEZ. 2024





PELALENTE DE DANIEL MALHÃO

#1 OUTUBRO 2024

CONSELHO DIRETIVO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO

Presidente

Pedro João Albino Novo

Vice-presidente

Alexandra Cláudia Rebelo Paio

Vogais

André David Santos Mendes Martins

Bruna Marisa Carreira Reis

Célia Sofia de Almeida Maia

David do Carmo Cachucho

Marco Manuel Lopes da Silva

Mariana Flor e Almeida Antunes Alves

Tiago Pinto Mascarenhas Rebelo de Andrade

Suplentes

Pedro Miguel Pereira Carvalho

Ana Catarina dos Santos Rebelo

Redação

António Henriques

Impressão e Acabamento

Capa: Inaset plus 300 gramas

Interior: Inaset 120 gramas

Depósito Legal

535227/24

ISSN

2976-0771

Publicação trimestral

Tiragem: 2000 exemplares

LinkedIn Ordem dos Arquitectos | SR LVT

Facebook <https://www.facebook.com/oalvt>

Instagram [ordemdosarquitectos_srlvt](https://www.instagram.com/ordemdosarquitectos_srlvt)

Site https://www.ordemdosarquitectos.org/sr_lvt

Os textos e conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos/das respectivos/as autores/as.

A Revista é propriedade da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos @ Todos os direitos reservados.



Foto de capa de : Daniel Malhão | MAIS CANÇÕES DO «O PROBLEMA DA HABITAÇÃO»

4

A pensar nos membros

Pedro Novo

10

O papel dos arquitetos nos novos programas de habitação

Entrevista Patrícia Gonçalves Costa

16

A arquitetura e o fenómeno da 'transição'

Paulo Tormenta Pinto

20

Simplex: relançar o debate acerca da prática do urbanismo

Eduardo Gonçalves Rodrigues

22

Ordem dos Arquitectos, porquê e para quê?

José Saraiva de Lemos

24

Roteiro SAAL Lisboa

Ricardo Santos

28

Pelo direito a um lugar na cidade. O Processo SAAL

Ricardo Santos

32

Bartolomeu Costa Cabral

Paulo Providência

36

O Serviço da Prática Profissional e os seus desenvolvimentos

Paulo Mallen

38

Lúcia Pires

Serviços Administrativos e Financeiros

40

Observatório. Secção em números

Bruna Reis

43

Biblioteca

Redação

44

Pela lente de

Daniel Malhão . Mais Canções do «O Problema da Habitação»

“INTERSECÇÕES” A PENSAR NOS MEMBROS

Por **PEDRO NOVO**, ARQUITETO | PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
Foto **ALEXANDRE AZEVEDO**

A revista *Intersecções* enquanto projeto editorial da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo procura dar resposta a um dos principais desígnios do presente mandato, nasce do desejo e da necessidade de estreitar relações e estabelecer uma maior proximidade entre a Ordem, os seus membros e a sociedade civil. A região de Lisboa e Vale do Tejo caracteriza-se sobretudo, pela sua dimensão territorial compacta e densa, com realidades sociais e territoriais muito diferentes e singulares, sobre as quais urge refletir. É necessário pensar a nossa circunstância e mapear as idiosincrasias da “nossa” prática profissional, nos diferentes contextos da região. Com uma periodicidade trimestral a *Intersecções* será uma plataforma de partilha e reflexão, convidando e desafiando à participação os principais “atores” da atualidade. A recente nomeação da arquiteta Patrícia Gonçalves Costa para liderar a difícil pasta da Habitação, sobretudo no atual contexto, assumindo a respetiva Secretaria de Estado, é razão primordial para ser a entrevista central desta 1ª edição, em que pretendemos conhecer

e perceber a sua perspetiva e estratégias para o futuro das políticas de habitação em Portugal. Por outro lado, nesta edição de estreia, a reboque das comemorações dos 50 anos do 25 abril, procurámos focar a publicação, em torno das intervenções do SAAL desenvolvidas na região. O tema central, em todos os números que se seguirão, será estruturado na forma de roteiro sobre casos de estudo e referência, com uma análise crítica das intervenções e sua contextualização através dos testemunhos dos seus principais intervenientes. Paralelamente, em todas as edições, será distinguido um membro pelo relevo da sua atividade e pela excelência e pertinência da sua obra. Neste primeiro número, em razão do seu recente falecimento, pelo relevo, excelência da sua obra e intervenção no âmbito das operações SAAL, homenageamos o muito estimado arquiteto Bartolomeu Costa Cabral, autor do Bairro do Pego Longo em Sintra, tema central desta edição.

Cada edição será constituída por um leque de separadores com temas atuais e relativamente



“Esperamos que cada edição da *Intersecções* seja um convite a uma maior participação dos membros no quotidiano e nas iniciativas da Ordem, que seja um estímulo ao contacto direto com os serviços da Secção cada vez mais recorrente e que reconheçam os benefícios da Ordem...”

ecléticos, explorando sobretudo as áreas de trabalho e de funcionamento da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente: os serviços da Disciplina, do Apoio à Prática, da Encomenda, do Apoio Jurídico, entre muitas outros. No que diz respeito à Prática Profissional, nesta primeira edição, destacamos uma análise sobre o Simplex Urbanístico em particular a Lei nº 10/2024 de 8 de Janeiro e respetivas portarias, procurando fornecer ao membro e à sociedade, mais informação e novos entendimentos sobre este novo quadro legal. Enquanto remate da edição, o separador “A Secção em Números” analisa alguns dos dados estatísticos mais relevantes do Observatório de Estágio, promovendo dados que poderão ajudar o membro estagiário no momento da escolha das entidades de acolhimento para efeitos de estágio.

Haverá por parte do atual Conselho Diretivo um empenho redobrado para que nos próximos meses, a revista *Intersecções* esteja presente em todas as iniciativas da Secção procurando dar a conhecer



este novo projeto, convidando todos membros da Secção a participar na construção das próximas edições. Este modelo de revista será repetido pelas restantes secções, construindo desta forma, uma rede de informação partilhada entre as diferentes regiões do país, preenchendo o vazio nesta área da comunicação das Secções.

Em nome do Conselho Diretivo da Secção de Lisboa e Vale do Tejo, agradeço a todos os colaboradores desta “Casa”, aos colegas que participaram na redação dos artigos, aos fotógrafos e designers, que ajudaram a dar forma a este projeto, permitindo que hoje se inicie uma nova estratégia de comunicação da Secção Regional de LVT. Esperamos que cada edição da *Intersecções* seja um convite a uma maior participação dos membros no quotidiano e nas iniciativas da Ordem, que seja um estímulo ao contacto direto com os serviços da Secção cada vez mais recorrente e que reconheçam os benefícios da Ordem na regulação e articulação com a sua prática profissional.

ACONTECEU



1 CICLO DE SESSÕES PÚBLICAS #1 28 novembro 2023

O futuro dos projetos de habitação abriu ciclo de debates

A discussão sobre a Carta Municipal de Habitação de Lisboa abriu o Ciclo de Sessões Públicas organizado pela Secção. Contou com a presença da arquiteta Filipa Roseta, vereadora da Habitação e das Obras Municipais da Câmara de Lisboa, Luís Mendes, geógrafo do CEG, IGOT-UL, Gonçalo Antunes, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa, e Sandra Marques Pereira, do DINÂMIA'CET – ISCTE, moderados por Frederico Raposo, jornalista de “A Mensagem de Lisboa”.



4 SESSÃO DE ESCLARECIMENTO 19 fevereiro 2024

Simplex Urbanístico reuniu 550 membros da Ordem

O interesse pela nova legislação do licenciamento levou mais de meio milhar de membros da Ordem ao Fórum Lisboa, enquanto outros tantos assistiram à transmissão em direto. A sessão com a participação de Cláudia Guedes, jurista, Eduardo Rodrigues, jurista e arquiteto e Patrícia Robalo, colaboradora do Serviço de Apoio à Prática Profissional, com moderação do advogado José Saraiva de Lemos, consultor jurídico da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

2 ASSEMBLEIA REGIONAL 28 Dezembro 2023

Plano de actividades aprovado

A Assembleia Regional da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo da Ordem dos Arquitectos reuniu em Assembleia Ordinária no dia 28 de dezembro de 2023, em modo presencial, no auditório da Sede Nacional da Ordem dos Arquitectos. Assembleia teve como pontos de ordem, a aprovação da ata da 5ª Assembleia Regional de 20 de dezembro de 2022, a aprovação do Plano de Atividades de 2024 e assuntos de interesse para a Secção.



5 CICLO DE SESSÕES PÚBLICAS #2 26 fevereiro 2024

O projeto para a requalificação da Praça do Martim Moniz

As arquitetas paisagistas vencedoras do concurso para a Praça do Martim Moniz, Catarina Assis Pacheco e Filipa Cardoso de Menezes, detalharam na sessão, o estudo prévio do projeto e apresentaram as suas soluções para “uma praça muito vivida, sempre cheia de gente, um dos pontos mais cosmopolitas da cidade”. O debate teve a presença de Joana Almeida, vereadora do Urbanismo da C.M. de Lisboa, Ana Jara, arquiteta e vereadora da C.M. de Lisboa, e João Seixas, geógrafo, professor e investigador da NOVA FCSH, e moderação por Rodolfo Reis, jornalista de “O



3 RECEÇÃO NOVOS MEMBROS 1 fevereiro 2024

Teatro Thalia foi palco da celebração

A Secção deu as boas-vindas aos novos membros da Ordem dos Arquitectos. Foram convidados os arquitetos João Paciência e Vasco Matias Correia (ateliê Camarim), e o fotógrafo Ivo Tavares, para uma conversa sobre as suas experiências profissionais e os estágios que realizaram. Conversa conduzida pela arquiteta Alexandra Paio, vice-presidente da Secção Regional. Os discursos de recepção foram de Pedro Novo, presidente da Secção Regional, e de Avelino Oliveira, presidente da Ordem dos Arquitectos.



6 HABITAÇÃO COOPERATIVA 29 fevereiro 2024

A nova geração apresentou-se na Sede da Ordem

Uma conversa sobre o livro “Together Towards Collaborative Living” (uma coleção de ensaios e exemplos de habitação colaborativa e cooperativa na Europa), outra conversa com os arquitetos Nuno Grande, Alexandra Paio, Joana Pestana Lages, Filipa Serpa, Moisés Rosa e Ricardo Morais, e a projeção do filme “Project Together” animaram a sessão dedicada aos recentes avanços da nova geração de habitação cooperativa em Portugal e que foi organizada em parceria com Sara Brysch, arquiteta e investigadora na Co-Lab Research (TU Delft).

ACONTECEU



7

CICLO DE SESSÕES PÚBLICAS #3
14 março 2024

O futuro do Vale de Santo António

As soluções urbanísticas, arquitetónicas e de participação pública para o Vale de Santo António centraram a discussão da sessão, na apresentação do livro “O Discurso da Cidade. Redesenho Urbano, Habitação e Equipamento no Vale de Santo António, em Lisboa”. Os autores fizeram a apresentação da obra, escrita numa parceria entre os investigadores (João de Sousa Morais, Hugo Farias, António S. Leite, Miguel Baptista-Bastos) e alunos. O sociólogo e antropólogo João Baía discutiu o resultado da consulta pública perspectivando sobre o futuro do Vale.

8

CICLO DE INVESTIGAÇÃO/REDE TAGUS
11 abril 2024

Foi constituída a Rede Tagus integrando a Secção e Centros de Investigação Universitários.

A Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo juntou, pela primeira vez, todos os centros de investigação das Universidades/Faculdades de Arquitetura que integram a sua região territorial. A ocasião serviu para celebrar protocolos de colaboração, que exploram a relação com o território e com a arquitetura, procurando envolver e devolver à sociedade a discussão dos múltiplos temas e problemas estudados pelos investigadores.



9

AS BRIGADAS DE ABRIL
23 abril 2024

Alguns dados das pesquisas recentes sobre o SAAL estiveram em destaque

A dimensão e heterogeneidade atingidas pelo SAAL, no curto tempo em que funcionou, com os propósitos iniciais, foram destacados neste encontro, em que participaram José Baptista Alves, engenheiro, diretor nacional do SAAL, Lia Antunes, arquitecta e investigadora do Darq-UC & CIEG/ISCSP-ULisboa, Ricardo Santos, arquiteto e investigador na CEAU-FAUP, e Adelaide Cordovil, assistente social do SAAL no Bairro Fonseca e Calçada. A conversa foi conduzida por Catarina Carvalho, diretora do jornal “A Mensagem de Lisboa”.



11

ADMISSÃO À ORDEM
29 MAIO 2024

Sessões de Esclarecimento sobre a Admissão à Ordem

O presidente da Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, Pedro Novo, a vogal do Conselho Diretivo Regional LVT com o pelouro da Admissão, Bruna Reis e Sílvia Rodrigues, do Serviço de Admissão LVT, conduziram duas sessões de esclarecimento sobre as questões da admissão à Ordem dos Arquitectos, no dia 29 de maio, na Universidade Lusíada e no ISCTE.



10

ENCONTROS NACIONAIS
13 Maio 2024

3º Encontro Nacional dos Arquitectos da Administração Pública

A Ordem dos Arquitectos organizou o 3º Encontro Nacional dos Arquitectos da Administração Pública da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Evento que teve lugar no Auditório Municipal Eunice Muñoz, em Oeiras. Este evento destacou-se pela sua relevância na discussão dos temas prementes que envolvem os(as) profissionais arquitectos(as) que exercem funções na Administração Pública Central, Regional e Local.



12

PROTOCOLOS
27 Junho 2024

Protocolo com Editora Caleidoscópico

Doação de 300 livros pela Editora Caleidoscópico ao acervo da Biblioteca Francisco Keil do Amaral, da secção de Lisboa e Vale do Tejo. Iniciativa realizada no âmbito do protocolo de cooperação estabelecido entre a Editora Caleidoscópico e a Secção Regional. O Presidente, arquiteto Pedro Novo, a bibliotecária Fátima Coelho e Jorge Ferreira da Caleidoscópico, estiveram presentes na cerimónia de recepção dos livros.



O RESPONSABILIDADE DOS ARQUITETOS NOS NOVOS PROGRAMAS DE HABITAÇÃO

“É preciso fazer tudo. Recuperar, construir, renovar modelos e estratégias de crescimento sustentável do parque público.”

PATRICIA GONÇALVES COSTA, ARQUITECTA | SECRETÁRIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO

Por REDAÇÃO
Fotos NUNO ALMENDRA

Estaremos seguros de que o papel dos arquitetos será valorizado nos novos programas de habitação?

A nossa vocação e formação estão sempre presentes na forma como olhamos o mundo. Vivemos um momento que exige convergência de todos e uma resposta pluridisciplinar e coletiva, que se quer estruturante em prol da defesa da qualidade de vida na nossa sociedade e no nosso território.

Portugal tem 2% de habitação pública, claramente abaixo dos parceiros europeus mais próximos e abaixo de metade da média europeia. Como é que vê a possibilidade de aumentar o parque público e será que, a acontecer esse crescimento, teria algum efeito na especulação imobiliária?

O último investimento efetivo na área da habitação pública, em Portugal, remonta ao PER, Programa Especial de Realojamento, há 40 anos. Desde lá, e muito relacionado com a dívida que os municípios assumiram, não houve investimento no parque público nacional.

Quem hoje precisa de casa pública tem um perfil diferenciado de quem precisava de casa na época do PER.

É preciso fazer tudo. Recuperar, construir, renovar modelos e estratégias de crescimento sustentável do parque público.

A habitação pública, de hoje, quer-se diferente da de há 40 anos, quer ao nível da intervenção no tecido consolidado das cidades, quer no



“Além das 26 mil casas, meta assumida com a Comissão Europeia no âmbito do financiamento PRR, o Governo está a trabalhar num reforço de financiamento para viabilizar milhares de outros fogos.”

modelo das respostas construtivas. A casa pública não pode ser mais uma construção barata, sem qualidade, de paredes sem isolamento e caixilharia simples.

As exigências de qualidade mudaram, e ainda bem. Há que saber aproveitar a oportunidade financeira que o Programa de Financiamento 1º Direito, na vertente do PRR, veio proporcionar. Neste sentido, os municípios demonstraram ser a força motriz desta mudança. Os projetos têm qualidade, cumprem os requisitos técnicos elegíveis pelo programa e, haja construtores disponíveis que acompanhem, que a mudança aconteça: perto de 50.000 casas novas de reforço do parque público nacional. Importa não descurar outra linha, que se destina ao reforço da oferta pública, neste caso do Estado central, e consiste na disponibilização de imóveis e terrenos públicos para a concretização de respostas habitacionais a preços que as pessoas possam pagar. É necessário um desenho completo da medida, para que existam efeitos práticos da mesma. Esse desenho envolve a definição de uma equação que crie equilíbrios entre os atores, com a perfeita noção da vocação de cada um. É preciso entender quem tem o terreno ou imóvel, quem financia, quem faz a gestão e, naturalmente a quem se destina.

Considero que o equilíbrio entre a oferta pública e a privada vai regular e qualificar o mercado da oferta habitacional no seu todo.

O PRR destina três mil milhões euros para habitação. Como antevê a sua execução?

Consciente da importância do momento que atravessamos, o Governo desenvolveu uma estratégia com todos os atores: Municípios, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e Estrutura de Missão Recuperar Portugal, e que permite o desbloqueio célere das verbas, de forma a ser possível acelerar os procedimentos e desta forma concorrer para o cumprimento das metas contratualizadas com a Comissão Europeia. Além das 26 mil casas, meta assumida com a Comissão Europeia, no âmbito do financiamento PRR, o Governo está a trabalhar num reforço de financiamento para que seja possível viabilizar o desenvolvimento de milhares de outros fogos, que não estão assegurados por estas verbas, com o intuito de garantir uma maior concretização de respostas habitacionais.

Qual a estratégia Governativa sobre a nova construção, tendo em conta a profunda desigualdade entre o rendimento familiar e os custos da habitação? Para além do apoio ao arrendamento, um efetivo apoio às cooperativas de habitação poderá ser uma das linhas de atuação? de que modo irão ser executados?

A estratégia governativa, naquilo que diz respeito à promoção de novas respostas habitacionais, passa pela criação de condições que concorram para equilibrar o diferencial de percentagem de casas disponíveis para venda e para arrendamento. É importante maximizar esta oferta no âmbito do regime de habitação a custos controlados e habitação acessível, tanto para renda como para arrendamento.

Para tal, estamos a rever o racional destes regimes, com vista a torná-los mais equilibrados, sempre com o foco no utilizador final e no objetivo



“É necessário revisitar o tema dos seguros e do Código de Construção, entre outros. Estão em curso auscultações ao setor da construção, das ordens profissionais, promotores, autarquias, institutos.”

de disponibilizar casas que as famílias possam pagar. É crucial garantir a atratividade destes regimes para o setor da promoção e da construção. Todos têm de fazer parte da solução.

O momento que vivemos exige várias estratégias, tantas quantos os atores que intervêm para a solução. Assim, as cooperativas são bem-vindas. Está igualmente em curso, o desenho do regime semiautomático que prevê a disponibilização de imóveis públicos do Estado para assegurar mais respostas, mas menos procedimentos. A par desta medida e em complemento estamos a trabalhar em linhas de financiamento que assegurem mais tempo para a amortização dos empréstimos.

As medidas que estamos a trabalhar são todas complementares e todas concorrem para um único objetivo, mais casas a preços que as famílias possam pagar.

O Governo quer desbloquear os procedimentos de candidaturas para construção ou reabilitação parados no IHRU através de termos de responsabilidade pelos municípios. Facto que obrigará a uma maior exigência dos municípios sobre os técnicos projetistas no cumprimento de prazos, cuja responsabilização profissional foi recentemente acrescida através da implementação do Simplex. Não estaremos perante um momento de enorme fragilidade profissional?

Estamos a falar de dois temas diferentes. A medida dos Termos de Responsabilidade e Aceitação foi desenhada com vista ao desbloqueio imediato das candidaturas, que estavam pendentes no IHRU. O que proporcionou às autarquias o lançamento dos concursos de empreitada, com vista à concretização das obras necessárias ao cumprimento da meta, comprometida com a Comissão Europeia, de estarem celebrados até junho de 2026, os contratos de arrendamento com as 26.000 famílias que vão habitar as novas respostas concretizadas.

Estes Termos de Responsabilidade e Aceitação nada acrescentam à responsabilidade assumida pelos municípios no ato da submissão do formulário de candidatura, nos termos do Aviso.

Outra coisa diferente, é a forma como está a ser redesenhado o Simplex e que visa garantir e salvaguardar o equilíbrio entre os vários atos e entre todos os atores. Falo dos projetistas, dos colegas que analisam os projetos, dos promotores, dos donos de obra. Há que garantir condições para que todos desenvolvam a sua atividade, com responsabilidade, rigor e segurança. Para tal, urge adequar a simplificação administrativa, que é bem-vinda, às realidades das autarquias, que são diferentes entre si, e garantir que todos têm condições para operar.

Em particular, é necessário revisitar o tema dos seguros e do Código de Construção, entre outros. Estão, neste momento, em curso várias auscultações ao setor da construção, das ordens profissionais, promotores, autarquias, institutos, com vista à recolha de contributos para, finalmente, desenharmos em conjunto, uma legislação na qual todos se revejam e, por essa razão, se consiga verdadeiramente implementar e nos sirva a todos.

A

A ARQUITETURA E O FENÓMENO DA ‘TRANSIÇÃO’ *

Por **PAULO TORMENTA PINTO** | ARQUITETO
Fotos **NUNO ALMENDRA** e **JOSÉ ALMEIDA**



* Artigo baseado no texto introdutório ao plano estratégico do DINÂMIA'CET-Iscte, elaborado pelo autor, em setembro de 2023.

Os impactos das alterações climáticas e da transição digital, surgem no primeiro plano das preocupações da sociedade contemporânea. No momento atual, o trabalho dos arquitetos, opera no contexto destas transições, com repercussões em vários domínios da economia e das políticas públicas.

Mais do que questionar se este processo altera o enquadramento da prática profissional, torna-se fundamental responder de modo assertivo aos desafios que se colocam. A arquitetura tem na sua génese este mesmo desígnio, sendo a sua vertente disciplinar construída na relação direta com a circunstância que em cada momento se coloca à sociedade.

O termo ‘transição’, usado por Sigfried Giedion no título do seu livro póstumo *Architecture and the Phenomena of Transition* (1971), tem sido recuperado pela narrativa europeia para designar as principais políticas da União, denunciando uma expectativa sobre a continuidade do projeto moderno. A ‘transição’, mecanicista e higienista subjacente ao discurso de Giedion, enquanto incontornável historiador do movimento moderno, é de novo reproduzido no contexto do Green Deal europeu e da inteligência artificial induzida pelas tecnologias digitais. O alicerce moderno subjacente à ideia de ‘transição’ está também presente na evocação da escola de artes fundada por Walter Gropius, em 1919, na república de Weimar, como selo certificador das iniciativas de requalificação dos territórios europeus. A denominação ‘New European Bauhaus’, clarifica



OSÉ ALMEIDA

o idealismo da Europa em relação às linhas que estruturam o futuro comum do continente. A Bauhaus, até ao momento do seu epílogo, por imposição do nazismo, em 1933, juntou a maior ortodoxia moderna do século XX no campo da arte, da arquitetura e do design, definindo os padrões conceptuais para a incorporação de sistemas de automação e de aplicação do aço, do vidro e do betão armado.

No rescaldo da crise da zona euro, que marcou a segunda década do século XXI, a Comissão Europeia definiu os contornos políticos para a aplicação do instrumento de apoio à recuperação e resiliência dos estados-membros, visando o enfrentamento das alterações climáticas e os novos esteios da economia no contexto pós-pandémico.

Através da Next Generation EU, são estabelecidos cinco pilares fundamentais para a orientação das políticas públicas. À cabeça são colocadas as metas definidas pelo acordo de Paris e a aposta na neutralidade carbónica do continente, até 2050. Depois, a digitalização dos meios de produção, com implicação nas estruturas sociais e na gestão territorial. São também apontados como pilares desta agenda, as questões da saúde como suporte social e o reforço da integração laboral e do empreendedorismo no âmbito das novas cadeias de valor de base tecnológica. Por fim, a paridade de oportunidades e o combate ao racismo e à discriminação.

Apesar das orientações definidas no quadro europeu, o atual fim-de-ciclo da Comissão é marcado por complexas questões resultantes de fatores imponderáveis, que encontram na guerra em solo europeu a sua maior expressão. O enquadramento político montado sobre a urgência da 'transição' climática e digital, é assim enquadrável no que Edgar Morin define como 'ecologia da ação', dada a sua vulnerabilidade em relação a forças resultantes dos processos de mudança, que se expressam em paradoxos, tensões e conflitos entre os vários agentes sociais.

Esta linha de rumo, que suporta o discurso das políticas europeias, promove territórios físicos e socioeconómicos híbridos, pautados pelas tensões entre o 'velho' mundo, caracterizado por procedimentos analógicos



“Esta linha de rumo, que suporta o discurso das políticas europeias, promove territórios físicos e socioeconómicos híbridos, pautados pelas tensões entre o “velho” mundo, caracterizado por procedimentos analógicos...”

NUNO ALMENDRA



e pelas indústrias e modos de vida baseados em energias fósseis, e o 'novo' mundo, digitalizado, suportado pelas indústrias 4.0, pelo 5G e pelos objetivos da neutralidade carbónica. No plano conceptual, a hibridiz confgura um campo de ação amplo onde emergem fenómenos como as descontinuidades urbanas, as carências habitacionais, ou a metamorfose das expressões culturais.

A compreensão da episteme do tempo presente pressupõe um posicionamento cívico por parte dos arquitetos, filtrado pelo conhecimento da história, das tecnologias, da representação e do metabolismo do território. Deste modo, a arquitetura surge como disciplina fundamental, tanto no campo do projeto, como no campo da investigação, cumprindo a sua missão ancestral, quer seja na construção do 'habitat' contemporâneo, quer seja na descodificação do fenómeno da 'transição'.



“PEDEM-ME PARA ESCREVER SOBRE O SIMPLEX. NÃO É TAREFA FÁCIL. A VANTAGEM VISÍVEL DO SIMPLEX FOI O RELANÇAR DO DEBATE ACERCA DA PRÁTICA DO URBANISMO EM PORTUGAL”



“O mundo mudou perante os nossos olhos. O país não estava preparado para esta mudança. O legislador acordou a comunicação prévia, criou novas situações de isenção de controlo prévio, procurou incentivar a delimitação das unidades de execução assumindo o fracasso dos procedimentos de planeamento.”

Por **EDUARDO GONÇALVES RODRIGUES** | ARQUITETO E ADVOGADO

Toca vários aspetos, é mais um passo no sentido de uma visão de conjunto. Virá aí o Código da Edificação. Muita da simplificação almejada é uma conquista, não obstante o Simplex careça de clarificações e correções.

O País estava preparado? A realidade mostra que não. Habitúmo-nos aos procedimentos de informação prévia e de licenciamento, com pareceres das entidades exteriores ao município. Os planos diretores municipais, mesmo pouco claros e desatualizados, são a referência. Agora, há-que seguir outra perspetiva, formar e profissionalizar mais.

O urbanismo e a atividade imobiliária continuam a estreitar relações. É um mundo pós- crise financeira. As transações oferecem uma alternativa rentável e segura aos investidores em busca de ativos financeiros. A emigração e a imigração acentuam-se, a natalidade continua baixa. À preocupação de ampliar alguma edificabilidade para a família, sucedeu a preocupação de como dar resposta a uma procura crescente dos jovens e famílias com poucos rendimentos. Surgem os nómadas digitais

ou imigrantes, de que os trabalhadores agrícolas e do turismo são uma amostra significativa.

O mundo mudou perante os nossos olhos. O País não estava preparado para esta mudança. O legislador acordou a comunicação prévia, figura adormecida desde 7 de janeiro de 2015 (data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro). Criou ainda novas situações de isenção de controlo prévio, procurou incentivar a delimitação de unidades de execução assumindo o fracasso dos procedimentos de planeamento. Gerou novos procedimentos fora do planeamento em resposta à crise da habitação. Pecou por esquecer ou desvalorizar o setor privado, colocando a tónica na habitação pública, sem considerar o fracasso da Administração com milhares de imóveis devolutos.

Como o mundo, o Simplex foi rápido. Tão rápido que esqueceu a capacidade de resposta dos municípios ou os prazos legais de exercício do seu poder regulamentar. O resultado foi mais demoras e desorientação. O

ressurgir do deferimento tácito encerra interrogações que apenas o tempo irá responder. Muito dependerá dos municípios, já de si com dificuldades.

Alguns arquitetos consideram que o Simplex encerra oportunidades. Outros vivem angustiados. Outros tornaram-se justificadamente muito mais cuidadosos. Investem na interpretação dos conceitos indeterminados dos planos, na contagem de prazos, rodeiam-se de cautelas na assinatura dos termos de responsabilidade, na negociação dos contratos com os Clientes. Aumento de responsabilidade iguala o aumento de cautela. Outros ainda, escudam-se atrás de pedidos de informação prévia (os PIP), com vista a obter mais segurança. Em resposta, os municípios aprovam PIP sob condição. E as pessoas? Podem viver sem autorização de utilização?

Em curso, continuam inúmeros procedimentos de alteração e revisão dos planos diretores municipais. Conclusão prevista para 31 de dezembro de 2024. Já passou mais de metade do prazo. O Governo anunciou que vai rapidamente rever o Simplex. Qualquer Simplex irá repercutir-se no planeamento em curso. Irá haver nova prorrogação do prazo?

A portaria que fixa os parâmetros relacionados com as novas cedências para habitação é de aplicação supletiva. Cabe aos planos municipais defini-los. Suscitam-se dúvidas de constitucionalidade e de viabilidade prática. É uma miragem. Como alcançar em democracia os resultados de Faria da Costa em Alvalade? Aderir ao zonamento inclusivo, ao “*construir para arrendar*”, majorar índices e reduzir encargos de urbanização, criando um mercado de urbanizadores, permitirá descer à terra da habitação acessível.

Em suma, o Simplex é um reflexo de uma mudança ainda não inteiramente assimilada, determinada por fatores exógenos a Portugal. É um mundo digitalizado com novos blocos geopolíticos. O Simplex carece de uma ponderação consciente da realidade nacional e da formação de profissionais. Os arquitetos já deram provas das suas capacidades no passado, cabe-lhes um papel fulcral na mudança que enfrentamos.

DA

ORDEM DOS ARQUITECTOS, PORQUÊ E PARA QUÊ?



“A criação da OA representa, assim, o reconhecimento pela Comunidade do papel que aos Arquitectos assiste na prossecução do interesse público, e, simultaneamente, uma manifestação de confiança nas suas capacidades para, de forma organizada, defender os interesses daqueles que procuram os seus serviços.”

Por **JOSÉ SARAIVA DE LEMOS**, ADVOGADO | CONSULTOR JURÍDICO DA SRLVT

Com muito agrado aceitei este desafio para pôr por escrito algumas das reflexões que, no domínio da deontologia profissional, fui partilhando com os Arquitectos ao longo desta relação que mantenho com a Ordem dos Arquitectos (OA) desde 2001, seja no âmbito do apoio jurídico à prática profissional, seja nas acções formativas sobre Estatuto e Deontologia em que tive o prazer de participar.

A aceitação e cumprimento de princípios como sejam o da obrigatoriedade de inscrição na OA para se poder exercer a profissão de arquitecto em território nacional, o da necessidade de ser observado um conjunto de normas de conduta específicas, ou a existência de um poder disciplinar, impõe, no meu entender, como pressuposto fundamental, que se compreendam as razões que os sustentam. Por isso, nesta primeira intervenção, procurarei contribuir, de forma resumida,

para o esclarecimento de uma questão tantas vezes já colocada: *Ordem dos Arquitectos, porquê e para quê?*

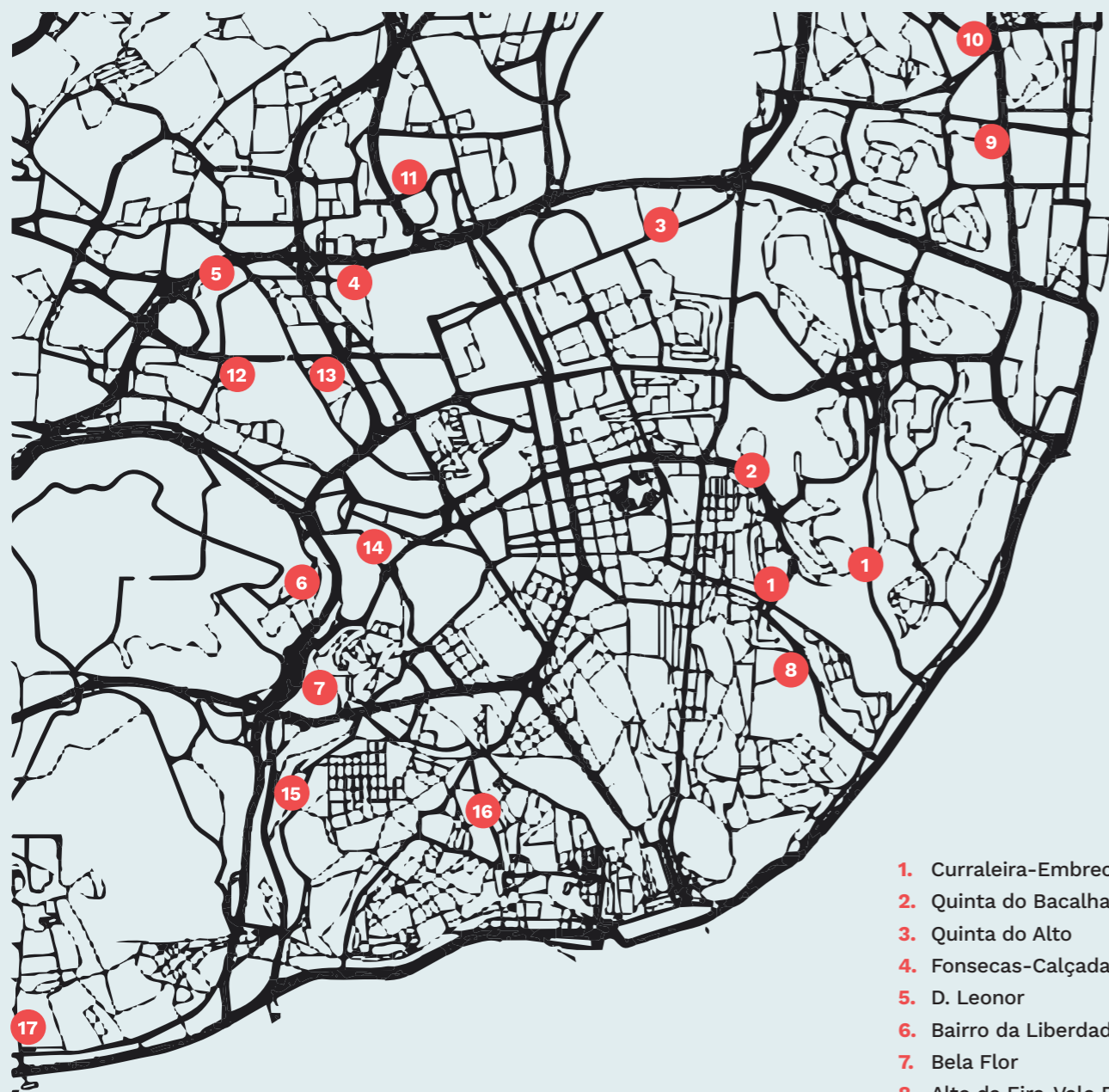
A Lei nº 2/2013, de 10 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais vulgarmente também designadas por Ordens, prevê que i) *se consideram associações públicas profissionais as entidades públicas de estrutura associativa representativas de profissões que devam ser sujeitas, cumulativamente, ao controlo do respectivo acesso e exercício, à elaboração de normas técnicas e de princípios e regras deontológicas específicas e a um regime disciplinar autónomo, por imperativo de tutela do interesse público prosseguido* (artigo 2º), ii) *a sua constituição é excepcional, podendo apenas ter lugar quando visar a tutela de um interesse público de especial relevo que o Estado não possa assegurar*

directamente (artigo 3º, nº 1, alínea a)), e iii) *são atribuições destas associações, designadamente, a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços, a defesa dos interesses gerais da profissão e a regulação do acesso à profissão pelo reconhecimento de qualificações profissionais e, eventualmente, pela realização de estágio, e a regulação da profissão em matéria disciplinar e deontológica* (artigo 5º, nº 1, alíneas a), b) e c)).

Neste contexto, a criação da OA representa, assim, o reconhecimento pela Comunidade do papel que aos Arquitectos assiste na prossecução do interesse público, associado à satisfação de necessidades básicas dessa Comunidade, e, simultaneamente, uma manifestação de confiança nas suas capacidades para, de forma organizada, defender os interesses daqueles que procuram os seus serviços e os da própria

profissão, promovendo o seu exercício de uma forma cada vez mais responsável, competente e qualificada, e assegurar, com esse objectivo, a definição de um conjunto de normas de conduta, zelando pelo respectivo cumprimento. Tarefas que são entregues aos próprios Arquitectos, assumindo que ninguém está tão bem preparado como eles para esse efeito.

E, clarificando que cada um dos membros é também responsável pela concretização desta missão que à OA é cometida, o Estatuto da Ordem dos Arquitectos, no seu artigo 52º, define que, qualquer que seja o modo do exercício da profissão, o Arquitecto deve orientar a sua actividade de acordo com os princípios do interesse público, da isenção e da competência, mostrando-se digno das responsabilidades que lhe correspondem.

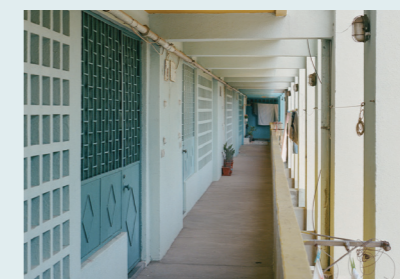


ROTEIRO SAAL . LISBOA

1. Curraleira-Embrechados
2. Quinta do Bacalhau
3. Quinta do Alto
4. Fonsecas-Calçada
5. D. Leonor
6. Bairro da Liberdade
7. Bela Flor
8. Alto da Eira-Vale Escuro
9. S. Cornélio-14 de Junho
10. Casal dos Machados
Quinta do Leal
11. Quinta Grande
Bairro José Alvalade
12. Alto dos Moinhos
13. Palma de Baixo
14. Tarujo-Casal do Sola
15. Casal Ventoso
16. Pátio Vila Fernandes
17. Pedrouços-Bom Sucesso



1
Núcleos degradados ou de barracas
Quinta da Curraleira
Quinta dos Embrechados
Associação de Moradores (A.M.) / Cooperativas de Habitação Económica (CHE)
CHE Bairro Horizonte
CHE Lisboa Nova
936 famílias 3564 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. José António Paradela e Arq. Luís Gravata Filipe
Nº total de fogos: 938
Fogos construídos: 224



2
Núcleos degradados ou de barracas
Quinta do Bacalhau
Monte Coxo
Rua Alfredo Pimentel
Associação de Moradores (A.M.) / Cooperativas de Habitação Económica (CHE)
CHE Portugal Novo
350 famílias 1200 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Manuel Vicente
Nº total de fogos: 384
Fogos construídos: 221



3
Núcleos degradados ou de barracas
Calvanas
Pátio do Galego . Picadeiro
Malpique . Quinta do Narigão
Quinta dos Foios
Quinta N. Sra. Conceição
Quinta do Alto
Associação de Moradores (A.M.) / Cooperativas de Habitação Económica (CHE)
CHE Boa Esperança
152 famílias 260 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Manuel Magalhães
Nº total de fogos: 298
Fogos construídos: 152



4
Núcleos degradados ou de barracas
Quinta das Fonsecas
Quinta da Calçada
Azinhaga da Torrinhã
Quinta das Covas
Associação de Moradores (A.M.) / Cooperativas de Habitação Económica (CHE)
CHE 25 de Abril
CHE Unidade do Povo
598 famílias 2300 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Raúl Hestnes Ferreira
Nº total de fogos: 600
Fogos construídos: 335



5
Núcleos degradados ou de barracas
Bairro D. Leonor
Associação de Moradores (A.M.) / Cooperativas de Habitação Económica (CHE)
CHE Bairro D. Leonor
160 famílias 600 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Manuel Magalhães e Arq. Jorge Fernandes Soares de Oliveira
Nº total de fogos: 200
Fogos construídos: 240



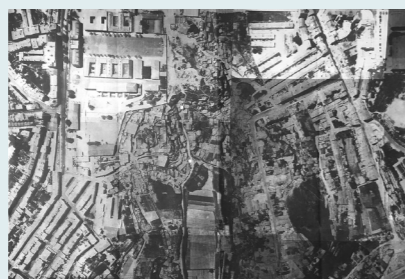
6
Núcleos degradados ou de barracas
Bairro da Liberdade
Bairro da Serafina
Vila Amendoeira
Vila Ferro
Associação de Moradores (A.M.) / Cooperativas de Habitação Económica (CHE)
CHE Bairro da Liberdade
4200 famílias 13000 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. José Norberto e Arq. José Zúquete
Nº total de fogos: 4000
Fogos construídos: 56



7

Núcleos degradados ou de barracas

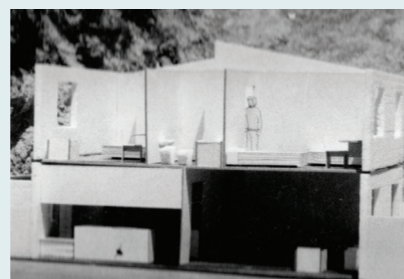
Quinta Bela Flor
Cascalheira
Calçada do Baltazar
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
CHE Bela Flor
1114 famílias 3672 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Artur
Rosa
Nº total de fogos: 700
Fogos construídos: 239



8

Núcleos degradados ou de barracas

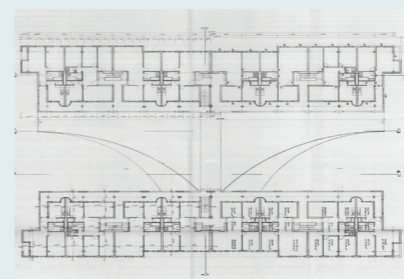
Vale Escuro
Alto da Eira
5000 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq^a. Gabriela
Vieira de Almeida e Arq. Sérgio
Meneses e Melo
Nº total de fogos: 900



9

Núcleos degradados ou de barracas

S. Cornélio
Bairro 14 de Junho
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
CHE S. Cornélio
CHE A revolucionária dos Olivais
CHE Bairro 14 de Junho
485 famílias
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Rodrigo
Ollero das Neves
Nº total de fogos: 137



13

Núcleos degradados ou de barracas

Palma de Baixo
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
CHE Popular de Palma
300 famílias
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Miguel
Nuno de Osório de Aragão Alpoim



14

Núcleos degradados ou de barracas

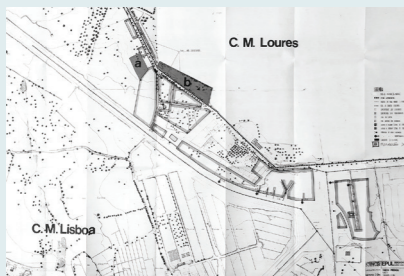
Tarujo
Casal do Sola
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
CHE Unidos Venceremos
CHE Campolide de Baixo
585 famílias 1500 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Vitor
Manuel de Sousa Figueiredo e Arq.
Paisagista Manuel Pereira da Nóbrega
Sousa da Câmara
Nº total de fogos: 350



15

Núcleos degradados ou de barracas

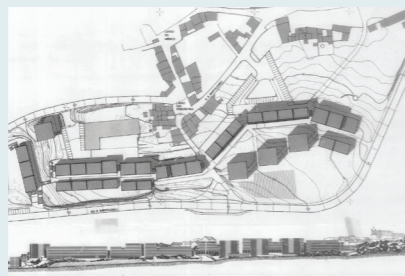
Casal Ventoso
Sete Moinhos
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
A.M. Casal Ventoso
CHE Sete Moinhos
3897 famílias 20000 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. José
Daniel Santa-Rita e Arq^a. Maria do
Rosário de Matos Venade
Nº total de fogos: 1700



10

Núcleos degradados ou de barracas

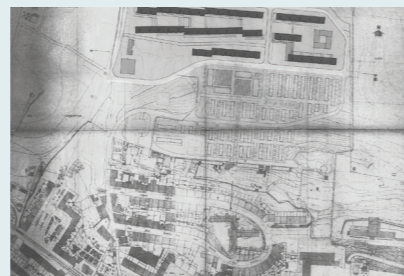
Casal dos Machados
Quinta do Leal
Estrada da Circunvalação
5200 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. António
Nunes de Almeida
Nº total de fogos: 1300



11

Núcleos degradados ou de barracas

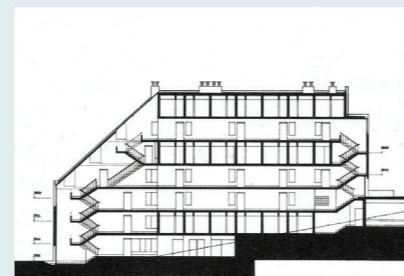
Quinta Grande
Quinta da Marquesa
Charneca
Bairro J. Alvalade
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
CHE Os Três Unidos
331 famílias 951 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. António
de Mendonça Gamito
Nº total de fogos: 346



12

Núcleos degradados ou de barracas

Alto dos Moinhos
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
A.M. Alto dos Moinhos
330 famílias 1300 pessoas
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Luís Jorge
Bruno e Arq. Justino Morais
Nº total de fogos: 350



16

Núcleos degradados ou de barracas

Pátio Vila Fernandes
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
CHE Bairro Vila Fernandes
67 famílias
Projeto
Responsável pela BAL: Arq. Manuel
Tainha
Nº total de fogos: 67



17

Núcleos degradados ou de barracas

Bairro Pedrouços
Bom Sucesso
**Associação de Moradores (A.M.)
/ Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)**
A.M. Pedrocesso
380 famílias
Projeto
Arq. José António Paradela e Arq.
Luís Gravata Filipe

**TOTAIS OPERAÇÕES SAAL
CONSTRUIDAS**

25 Núcleos degradados ou de
barracas

9 Cooperativas de Habitação
Económica (CHE)

7510 Famílias
24.596 pessoas

Projeto
nº total de fogos: 7120
Fogos Construídos : 1467

PELO DIREITO A UM LUGAR NA CIDADE

O PROCESSO SAAL NA CURRALEIRA-EMBRECHADOS*

“A participação directa da população na concepção da habitação e na transposição dos padrões de convívio e interajuda fez-se por discussão colectiva e individual sobre desenhos e maquetas na escala 1/20 para os fogos, e 1:500 e 1: 1000 para o plano.”

Memória Descritiva, julho de 1976.

Por **RICARDO SANTOS** | ARQUITETO
Fotos **FRANCISCO ASCENSÃO**

I. Equipa

Em novembro de 1974, os arquitetos José António Paradela (1937-2023) e Luís Gravata Filipe (1943) encontraram no território das quintas da Curraleira e dos Embrechados cerca de 3500 pessoas (936 famílias), na grande maioria lisboetas (85%), nascidos na zona ou vindos de outros bairros de Lisboa, a viver com graves carências habitacionais, uma população altamente organizada, com uma comissão de moradores mobilizada para encontrar soluções para os seus problemas.

Nomeados por Nuno Teotónio Pereira, Paradela e Gravata Filipe, reuniram uma vasta equipa, multidisciplinar, para trabalhar diretamente com os moradores na resolução dos problemas urgentes nos núcleos de barracas e, em simultâneo, nos projetos para o novo bairro.¹

II. Plano

Em janeiro de 1975, a equipa entrega na CML uma proposta de «área de intervenção» com a delimitação do território da operação. Com base nos inquéritos realizados, previa-se a construção de 768 fogos para a população da Curraleira e 170 fogos para os Embrechados. Em março, a proposta é aprovada juntamente com as de sete outros bairros e é requerida a «utilidade pública» dos terrenos. O avanço desta e outras operações esteve quase sempre dependente

¹ António José de Almada Guerra (Eng. Civil), Matilde Henriques (Assistente Social), Maria Cecília Cruz Vaz (Técnica chefe), Álvaro Eduardo Ebling de Campos Costa (Arquiteto estagiário), Maria de Deus Damião (finalista Arquitetura), Paulo Menezes Braula Reis (estudante de arquitetura), Francisco Quintanilha (estudante de arquitetura), Vítor Manuel Correia (Desenhador chefe), João Fernando Dionísio (Desenhador chefe), e Carlos Alberto da Silva do Val (Técnico auxiliar).



do acesso a terrenos públicos ou à expropriação de privados. Na maioria dos casos, a propriedade privada foi protegida pelos sucessivos governos provisórios e pelas autarquias, em detrimento das cooperativas ou associações de moradores de propriedade colectiva.

O Plano previa a construção de 10 conjuntos de edifícios, em três fases, e divididos essencialmente em duas zonas: uma junto ao limite nascente do bairro do Alto do Pina, entre a Escola António Arroio e a rua Sol a Chelas (Curraleira), actual rua António Gonçalves. E outra, junto à Picheleira e à antiga Quinta dos Embrechados, limitada a nascente pela linha do comboio que faz a ligação entre as estações Roma/Areeiro e Santa Apolónia. As duas zonas estavam fisicamente separadas por um eixo viário, de ligação entre o Areeiro, as Olaias e a Estrada de Chelas. Pela sua dimensão e densidade as duas zonas poderiam funcionar como núcleos independentes e consolidar o tecido urbano envolvente, através do prolongamento das ruas já existentes. A interrupção abrupta do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) limitou a concretização do projecto, e apenas 24% dos fogos necessários foram construídos. Em vez de separadas por uma rua, as duas zonas estão hoje separadas pela Av. Marechal Francisco da Costa Gomes, com seis faixas de rodagem, uma rotunda e um conjunto de terrenos baldios, desaproveitados, e sem escala pedonal ou espaços públicos qualificados. A ideia inicial do Plano só pode ser hoje observada através dos desenhos.

III. Participação

A 31 de março de 1975, um grande incêndio deixa desalojadas cerca de 300 famílias da Curraleira. A necessidade de responder rapidamente ao seu problema mobilizou a população para a ocupação de casas livres na rua de Entrecampos, com o apoio da Liga de Unidade e Ação Revolucionária e sem interferência da Comissão Administrativa da CML. O processo SAAL acompanhou o ritmo do Período Revolucionário em Curso. Até novembro de 1975, a maioria das operações estavam em andamento e contavam com uma forte mobilização das Associações de Moradores e das Cooperativas. Em Lisboa, o serviço SAAL e os moradores dos bairros pobres, tinham no Vice-Presidente da 1ª Comissão Administrativa, o arquiteto Filipe Lopes, um aliado. Depois do 25 de novembro e do saneamento desta Comissão, o SAAL Lisboa foi perdendo intensidade.

A formalização da organização dos moradores através da criação da Associação de Moradores Lisboa Nova (Embrechados) e da CHE Bairro Horizonte (Curraleira) acelerou o projeto do novo bairro. Tendo como ponto de partida um processo participado e o envolvimento direto dos moradores na discussão do projeto, a equipa técnica apresentou duas soluções de acordo com os dados dos inquéritos, a capacidade económica das famílias, a morfologia do terreno e as expectativas deste novo cliente, coletivo, real e concreto.

IV. Projeto

Em julho de 1976 o projecto estava pronto! O compromisso encontrado entre arquitetos e moradores para os modelos arquitetónicos e para as soluções tipológicas foi destacado por Nuno Portas em 1985 num texto de balanço sobre o processo. Os moradores aprovaram um modelo de tipologia evolutiva, para moradias duplex, unifamiliares em banda, com pátio interior. Este dava resposta ao problema das famílias em crescimento e permitia um menor investimento inicial. O módulo base era composto por um piso, de tipologia T1 (A.B. 59.20m²), que poderia evoluir para tipologias maiores, acrescentando uma escada central e um segundo piso, desde um T2 (A.B. 84.40m²) até um T5 (A.B. 118.45m²).

Paralelamente, foi também proposto e aprovado um modelo para a construção de edifícios de habitação coletiva em banda, com 4 ou 5 pisos, sem elevador, com galerias de acesso aos fogos de tipologia duplex (T2, T3 e T4), e composição modular. Os T2 tinham no primeiro piso a zona social com sala e cozinha e, um núcleo central, com escada de acesso aos quartos e

instalação sanitária, no piso superior. As tipologias T3 e T4, tinham mais um módulo e mais uma janela em cada uma das frentes do edifício, permitindo a introdução de um quarto e de uma instalação sanitária no piso inferior e mais 1 ou 2 quartos no piso superior.

V. Obra

Em setembro de 1976, é iniciada, sem licença camarária, a primeira fase de construção do Bairro Horizonte. No final do mesmo ano iniciam-se as obras nos Embrechados. As suspeitas de abrandamento do processo SAAL e as alterações do próprio contexto político nacional precipitaram o arranque das obras por parte dos moradores e com o apoio da equipa. O impasse sobre os processos de expropriação e a urgência de casas antecipou a extinção do SAAL, garantindo, muito provavelmente, que pelo menos alguns fogos tenham sido aqui construídos. Em Lisboa, outros bairros sem as mesmas condições não conseguiram chegar à fase de construção.

Com orgulho, à entrada da obra, foi fixada uma placa onde se podia ler: “Trabalhadores constroem para trabalhadores”. A autoconstrução, apontada no despacho de criação do SAAL, assinado por Nuno Portas, foi em Lisboa, tal como no Porto, liminarmente recusada pelos moradores. Com enormes dificuldades, avanços e recuos, e após um embargo administrativo em 1977, na sequência das primeiras eleições autárquicas, foram construídos, entre o final de 1976 e 1984, 224 fogos na Curraleira-Embrechados.

VI. Bairro

A leitura de conjunto, de uma mesma escala e linguagem arquitetónica foi abandonada com a extinção do SAAL e com a construção de edifícios de programas de habitação com outros princípios. Os fogos construídos pela operação SAAL encontram-se dispersos por cinco núcleos entre o Bairro Horizonte², as ruas Frederico Perry Vidal³, João Nascimento Costa⁴ e Carlos Botelho⁵. Apesar do número de fogos construídos a maioria da população das antigas quintas da Curraleira e dos Embrechados não teve acesso a uma casa no bairro SAAL, e uma boa parte acabou por ser realojada em casas de outros programas ou noutros bairros, na periferia da cidade. A interrupção deste processo, tem ainda hoje um impacto significativo na vida de uma população que vive a menos de 3km do Marquês de Pombal. Passados 50 anos do 25 de Abril, a cidade consolidada ainda não transpôs os limites da antiga Curraleira. As ruas e passeios estão por terminar, a manutenção da iluminação pública é escassa, a recolha do lixo não é regular, a ligação do bairro ao resto da cidade está limitada e a proximidade de um posto de alta tensão da REN, de uma ETAR e dos muros do cemitério do Alto de S. João continuam a limitar o direito destes moradores a um lugar na cidade. “Ainda temos muito que lutar, mas saberemos vencer com o apoio da população todos os obstáculos que nos surgirem. Vamos para a frente com o vosso apoio.” Jornal da Cooperativa Bairro Horizonte, n.º4, s.d.

* Artigo escrito a partir da investigação e do texto realizado em coautoria com Ana Drago para o livro Cidade

2 Do lado do Bairro Horizonte foram construídos 44 fogos distribuídos por 20 moradias evolutivas e 2 edifícios em banda

3 Junto à Picheleira, foi construído o Bloco 9 na rua Frederico Perry Vidal com 8 fogos e um espaço colectivo no piso 0, sede da actual Associação de Moradores Viver Melhor no Beato.

4 Na Rua João Nascimento Costa Onde foram construídos os Blocos 1, 2, 3 e 4, num total de 64 fogos.

5 Na Rua Carlos Botelho foram construídos 4 conjuntos de moradias evolutivas (48 fogos), e um conjunto de 5 blocos, num total de 60 fogos.

B

BARTOLOMEU COSTA CABRAL PEGO LONGO PARA ALÉM DA PEDREIRA, OU CONSTRUÇÃO ESPONTÂNEA PARA UMA URBANIDADE EMERGENTE

Por **PAULO PROVIDÊNCIA**, ARQUITETO

Um afeto particular entre os projetos do Arquiteto Bartolomeu Costa Cabral, o Bairro do Pego Longo (Belas, Sintra) iniciado com o processo SAAL, ambiciona alternativas à periferia urbana das metrópoles. Aceitando um modelo de urbanidade débil, decorrente da centralidade da habitação unifamiliar em resposta à demanda dos moradores, e de reabilitação das pré-existências espontâneas, constituídas por um terreno de pedreira ocupado com uma densa trama de construções precárias, Costa Cabral ensaia uma urbanidade alternativa, decorrente das articulações urbanas da difícil topografia, de uma cuidada inserção das habitações e de um ponderado desenho dos vazios urbanos, sejam espaço público ou hortas semiurbanas. Processo prolongado que, embora iniciado como projeto com os moradores, se converte num processo de legalizações progressivas em colaboração camarária, procurando assimilar, domesticar e articular a espontaneidade periférica. Apesar disso, resta uma abordagem esperançada no encontro de

soluções participadas e alternativas, que valoriza o espaço público e de articulação urbana, as hortas e os atalhos, os equipamentos de bairro, a valorização do contingente como possibilidade do novo, um pequeno oásis de baixa densidade numa complexa periferia densificada, signo último de uma utopia arquitetónica no registo de Valter Vinagre (Fig.1).

Costa Cabral assume a brigada do Serviço de Apoio Ambulatório Local do Pego Longo em 9 de Fevereiro de 1976, na sequência da incompatibilização da Comissão de Moradores (em formação desde meados de 1975) com o anterior arquiteto, António Portugal, em divergência de modelos habitacionais e local de implantação, mas sobretudo em divergência sobre a conservação das frágeis estruturas construídas, que tinham custado tempo e dinheiro aos habitantes. A necessidade de acessos urbanos aos edifícios (um estradão de serventia da pedreira, onde alguns dos moradores trabalhavam, não era infraestrutura que considerasse), evitar construir sobre a escarpa e pedreira, e um modelo de edificação compacto, de três ou quatro pisos, com habitações em apartamentos, implicavam a desconsideração dos locais e tipologias das precárias habitações existentes.

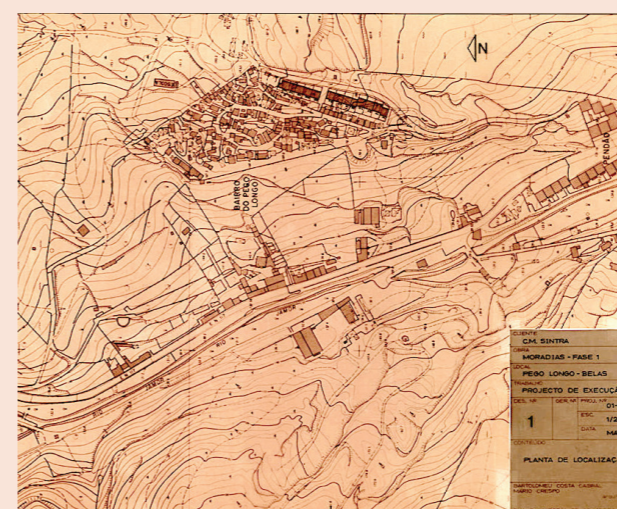
Particularmente a pedreira, terá impressionado o arquiteto. Um dos primeiros desenhos de reconhecimento do local regista a expressiva representação topográfica das áreas de pedreira, numa vontade de apropriação topográfica do conjunto (Fig. 2).



Valter Vinagre, *Bairro do Pego Longo*, 2022



Bartolomeu Costa Cabral, *Bairro do Pego Longo - Belas*, 1975



Bartolomeu Costa Cabral, Mário Crespo, *Pego Longo - Belas, Moradias - Fase 1*, Maio 1978

“Bartolomeu Costa Cabral ensaia uma urbanidade alternativa, decorrente das articulações urbanas da difícil topografia, de uma cuidada inserção das habitações e de um ponderado desenho dos vazios urbanos.”

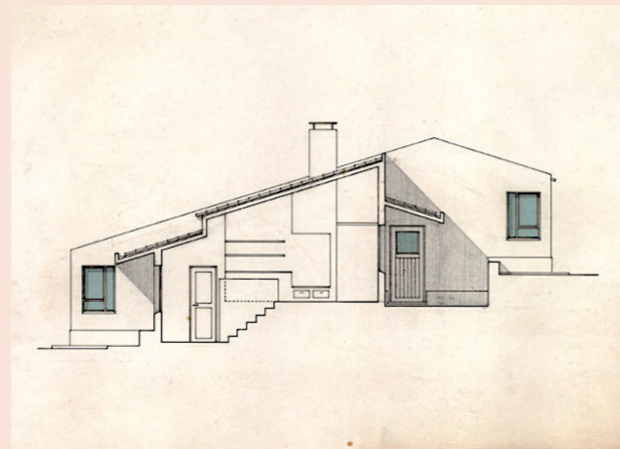
A par de um rigoroso levantamento da situação (económica, social, territorial), plasmado num relatório de grande precisão (Pego Longo – Situação Económica, Social e Habitacional, estudo de situação feito no bairro de pego longo, pela equipa de apoio local e pela comissão de moradores, Abril de 1976), Costa Cabral procede ao reconhecimento minucioso e avaliação das condições das edificações, mapeando, inicialmente numa fotografia aérea, e posteriormente num levantamento aerofotogramétrico, a sua natureza construtiva assim como uma ordem de prioridades sobre a sua manutenção, reabilitação ou demolição.

É assim definida uma estratégia de intervenção em duas fases de construção: a primeira dedicada à construção dos novos fogos necessários a albergar famílias na área de expansão, e a segunda, de reabilitação e melhoramento de infraestrutura existente, após as demolições necessárias, dedicada ao aproveitamento de construções pré-existentes. Processo detalhado que lhe permite projetar a ampliação da área edificada através do novo arruamento, e desdensificar o núcleo existente de construção orgânica para posteriormente o reabilitar. A estratégia comporta uma nova e significativa infraestrutura, construída precisamente em ligação ao acesso urbano mais favorável, em termos de cotas e inserção urbana, e vem a constituir um eixo fundamental de consolidação do bairro, através da implantação posterior da Igreja e Sede da Associação de Moradores (Fig. 3).

Embora organizada em bandas de habitação unifamiliar, Costa Cabral secciona os volumes através de tramos que permitem a construção de acessos pedonais entre os diferentes arruamentos, gerando situações de grande riqueza espacial. Podemos também referir uma associação de volumes que, embora simplificada em relação à solução original, mantém um escalonamento fragmentando de coberturas, adaptando-as à topografia e inclinação dos arruamentos.

A aceitação do modelo de habitação a implantar, habitação unifamiliar em banda, é identificada noutros contextos do processo SAAL, e surge como resposta direta aos moradores. Embora facilmente incorporada por Costa Cabral, que tinha a experiência do Bairro da Chamusca, de 1960, pretende ser um elemento de diálogo e consolidação das estruturas existentes, que, como diz, têm um certo encanto, ou uma certa ruralidade. Afirmava que os habitantes que pretendessem soluções de maior urbanidade, associadas a acessos, volumetria e tipologia habitacional, seriam integrados no Processo SAAL da Estrada Militar de Queluz, processo conduzido pelo Arquitecto Duarte Nuno Simões.

A par do desenho do Plano de Urbanização, estruturado pela implantação da Avenida da Igreja, Costa Cabral ambiciona, entre Fevereiro e Julho de 1976, uma habitação respondendo a um rigoroso programa de exigências: possibilidade de autoconstrução e organização num piso, permitindo a diminuição de custos com mão-de-obra, e considerando a experiência profissional dos moradores; coberturas em duas águas; recuo da fachada em relação ao arruamento gerando um espaço de transição ajardinado; proteção da entrada com coberto; pátio ou logradouro posterior permitindo pequena horta de subsistência. Para além destas características, a habitação organizava-se pela diferença de cotas entre a entrada e o espaço principal de distribuição, cozinha e estar, através de seis degraus gerando uma qualificada hierarquia espacial ao colocar o espaço central do fogo numa posição dominante, acompanhado pela inclinação dos tetos, comprimindo o espaço de entrada e alteando o espaço central, e permitia o acompanhamento da acidentada topografia na implantação, minimizando os movimentos de terra (Fig.4).



Bartolomeu Costa Cabral, *Pego Longo / Sintra - Belas, Solução A, T3 Corte 2, 1976*



Foto de edificação de tipologia da Fase 3



Bartolomeu Costa Cabral, Mário Crespo, *Bairro de Pego Longo - Belas, Plano Geral de Urbanização, Planta de Conjunto, Fevereiro 2000*

A projeção e construção da habitação 71 (projetada entre Maio e Junho de 1977, provavelmente concluída em Dezembro), uma habitação inserida na Fase 2 de reabilitação do núcleo central do bairro, não sendo o projeto-tipo da área de expansão, originou uma forte crítica ao modelo habitacional pelos moradores, sobretudo aos tetos inclinados no espaço interior, e consequentemente ao desnível no interior da habitação.

“Pego Longo é a aspiração a um modelo alternativo de periferia que supera diversas dicotomias através do respeito pelo investimento em tempo e dinheiro dos seus moradores.”

A recusa do movimento estereotómico de tetos e a exigência de um teto plano, implica uma estrutura espacial da habitação-tipo diversa pelo nivelamento do espaço, perdendo algumas qualidades tais como a profundidade e hierarquia espacial. Nessa reformulação do projeto prescinde-se também do vestíbulo junto à entrada principal e do espaço de transição de acesso ao pátio junto à cozinha, o qual se reduz a um patamar ou varanda coberta. Por outro lado, a nova solução ganha um sótão no desvão entre teto e cobertura.

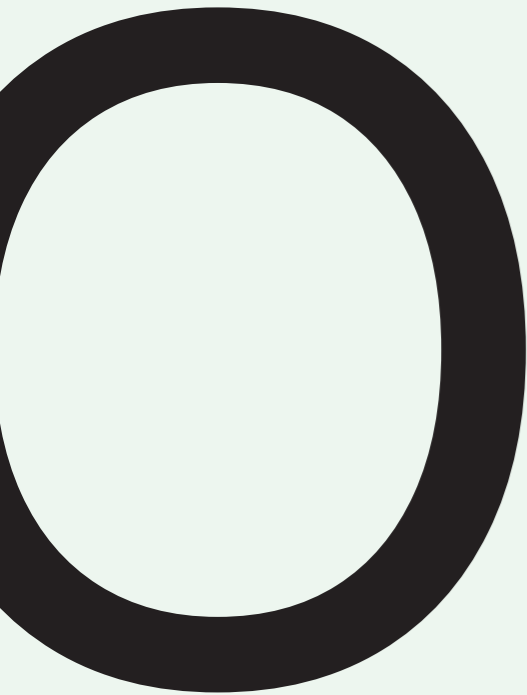
O sucesso de edificação da primeira fase, assim como a assunção camarária na gestão do processo, partir de 1977, com a extinção do Processo SAAL, levaram a uma sequência de ampliações do plano inicial, tendo-se construído 8 fases. A fase 3, planeada no final de 1979, em terreno fortemente escarpado, obrigou a uma revisão da habitação-tipo. A diferença de cotas entre arruamento e logradouro propiciava um fogo em dois pisos, com um piso semienterrado e elevado pé-direito, com acesso direto pelo logradouro. Espaço destinado às mais diversas atividades, tais como apoio à horta, ou oficina de automóveis, implicava uma escada de acesso exterior à habitação, no piso superior, adquirindo uma proeminente volumetria (Fig. 5).

Verdadeiramente o Bairro do Pego Longo encontra o confronto entre as aspirações de Costa Cabral e a realidade dos moradores no processo de reabilitação da zona central, a fase 2 do projeto ainda incompleta, compromisso de manutenção da propriedade

numa substituição lote a lote, ambicionando simultaneamente (e utopicamente) um projeto-tipo, de auto-construção, desenhado com os moradores. O processo regista sempre o confronto entre as normatividades arquitetónicas do autor com as vontades arraigadas de permanência, propriedade, hábito dos moradores, rapidamente incorporadas num projeto de convivências prolongado por quarenta anos (Fig. 6).

Podemos ver na abertura para questionar convicções pessoais sinais de uma autoformação que privilegia o contacto direto com os habitantes, uma modernidade sem códigos pré-estabelecidos, o reconhecimento das especificidades e potencialidades de um lugar, o elogio da periferia na convivência entre hortas e espaço público, a vida doméstica como afirmação de liberdade e individualidade, em suma uma forma peculiar de realismo como possibilidade poética.

Local único de uma construção que está para além da autoria arquitetónica, Pego Longo é, nos olhos e palavras de Bartolomeu, a aspiração a um modelo alternativo de periferia que supera as dicotomias urbano/rural, comunidade/individuo, autoria/participação, privado/público, bairro/cidade, através do respeito pelo investimento em tempo e dinheiro dos seus moradores.



O SERVIÇO DA PRÁTICA PROFISSIONAL E OS SEUS DESENVOLVIMENTOS

Por **PAULO MALLEEN**, ARQUITETO | COLABORADOR SRLVT | APOIO À PRÁTICA

A criação do serviço da Prática Profissional surgiu em 1997 na antiga Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP), precursora da atual Ordem dos Arquitectos, com o objetivo de procurar de responder às solicitações dos membros relacionadas com o esclarecimento de questões suscitadas no âmbito do exercício da profissão. Sem um modelo próprio previamente definido, este serviço foi crescendo e consolidando-se com a experiência resultante da aprendizagem recolhida, muito por via da diversidade das solicitações que nos foram chegando ao longo dos anos, seja quanto às matérias, seja quanto à sua proveniência, envolvendo membros e entidades externas.

Sem referência inicial acerca do modo como poderia ser prestado o serviço, do qual não existia nenhum exemplo, a intenção foi desde logo apoiar as diferentes vertentes da profissão de arquiteto, promovendo esclarecimentos e procurando contribuir para um melhor exercício da profissão com natural reflexo na qualidade do parque urbano.

Recordo, ao escrever estas breves palavras, que o arquiteto Farelto Pinto, presidente à data da anterior Secção Regional Sul, me recomendou desde logo a leitura do *Livro Branco da Arquitectura e do Ambiente Urbano em Portugal* (AAP, Lisboa, 1996).

Tenho de afirmar ser minha convicção que aquela obra se mantém atual e deve continuar a merecer consulta, nomeadamente o seu capítulo 3, sobre a prática profissional, no qual se versam questões que continuam a ser motivo de preocupação dos arquitetos: a responsabilidade profissional, a responsabilidade civil, a prestação de serviços, a encomenda, os concursos, os direitos de autor.

Se há vinte anos as questões se prendiam no essencial com os procedimentos para cálculo de honorários, em projetos ou planos, em trabalho de consultoria, ou no desempenho na direção de obra, hoje as questões maioritariamente colocadas prendem-se com a interpretação da múltipla legislação sobre a elaboração de projetos. Claro que a solicitação de apoio para

interpretação de disposições mais antigas, como os artigos do RGEU, se mantém sempre; porém, imperam, sobretudo, dúvidas na interpretação dos mais recentes regimes jurídicos que disciplinam as diversas vertentes da atividade urbanística.

Não se pense que os serviços prestados no âmbito da prática profissional se resumem ao esclarecimento das questões práticas que os membros colocam relativamente ao exercício da profissão, em assuntos ligados mais diretamente com a prática e a obra. De facto, uma fatia muito relevante das solicitações que nos chegam relaciona-se com questões centradas na instrução de processos, revelando, claramente, o surgimento de uma nova especialidade na nossa classe: o arquiteto instrutor de processos.

Assessoria técnica e assessoria jurídica, serviço de atendimento personalizado e com carácter de aconselhamento, criados inicialmente em coordenação mútua para assistência exclusivamente aos membros, rapidamente foram alargados ao cidadão comum em prol da aproximação da arquitetura à sociedade.

É pelo contacto direto que o serviço vai tomando conhecimento de inúmeras situações relatadas por membros e não membros, monitorizando de algum modo, os problemas que se suscitam no exercício da profissão, e procurando, depois, contribuir para a sua resolução.



“Hoje as questões maioritariamente colocadas prendem-se com a interpretação da múltipla legislação aplicável à elaboração de projetos. Uma fatia muito relevante das solicitações relaciona-se com a instrução de processos, revelando o surgimento de uma nova especialidade: o arquiteto instrutor de processos.”

Em março de 2016, foi aprovado o regulamento do Provedor da Arquitetura, com o qual foi possível canalizar a crescente procura de esclarecimentos pelo cidadão, que se habituara a um serviço gratuito, mas que deveria ser exclusivo dos membros na efetividade de direito. Os serviços da Prática Profissional tendem, assim, a ter maioritariamente como destinatários os membros da OA.

De assinalar ainda que se encontra também cometida aos serviços da Prática Profissional a avaliação curricular no âmbito da Lei nº31/2009, de 3 de julho, bem como a avaliação no âmbito dos candidatos à Bolsa de Peritos, regulamentada desde março de 2016.

Estes serviços têm igualmente sido chamados a participar em outras atividades, como a apreciação de regulamentos municipais, júris de concursos, realização de peritagens junto dos tribunais, relatórios de apoio aos conselhos regionais de disciplina, fóruns de orientação profissional. Têm também apoiado tecnicamente publicações dos diversos Conselhos Diretivos Regionais, do que o *Manual da Pedra*, o desdobrável *Trabalhar com um Arquitecto* ou os *Cadernos Técnicos*, constituem exemplos.



LÚCIA PIRES

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DA SRLVT

Em três décadas, viveu dores de crescimento da instituição e a modernização dos serviços.

“A Ordem ganhou uma intervenção social”

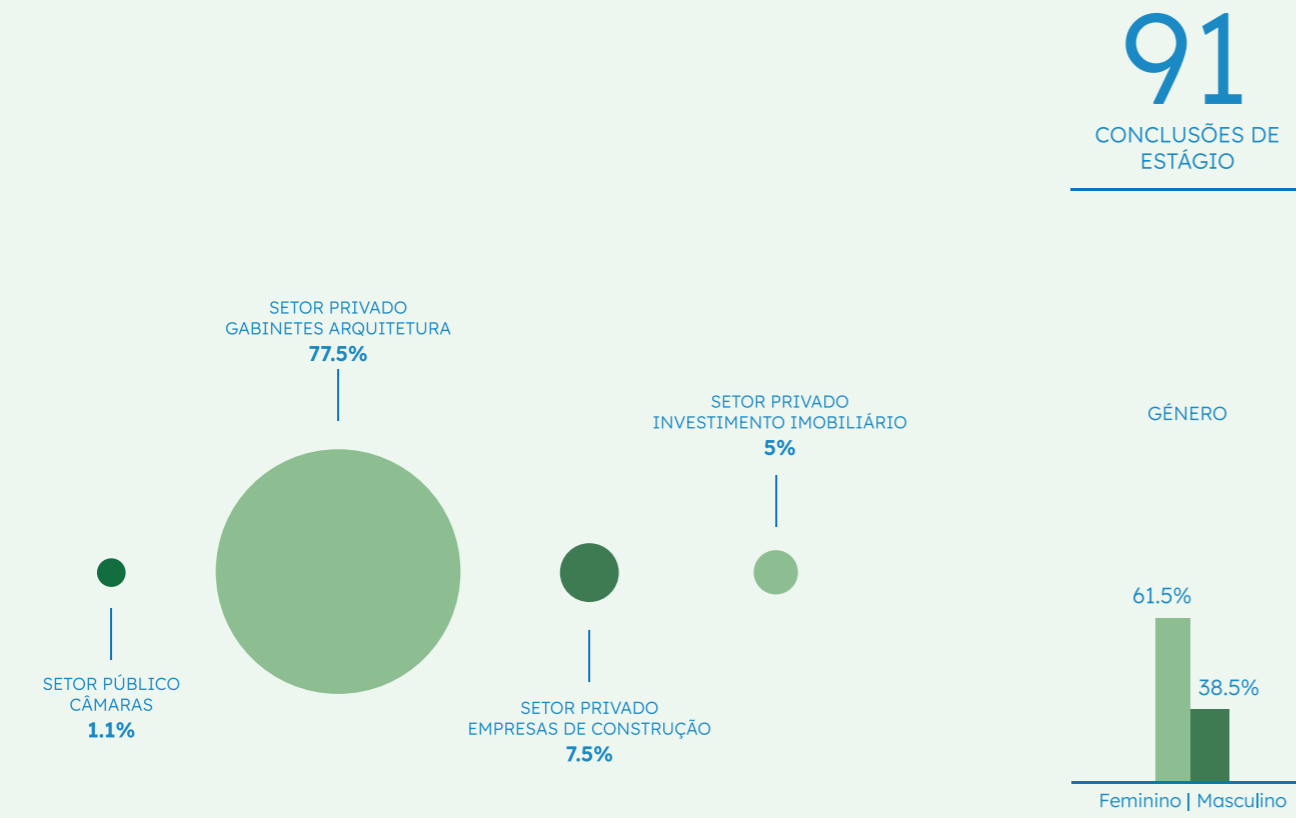
Por **REDAÇÃO**
Foto **NUNO ALMENDRA**

É a segunda funcionária com mais anos de casa, atualmente com funções nos serviços administrativos e financeiros. A Associação dos Arquitetos Portugueses (AAP) ainda não tinha o estatuto de associação pública, quando iniciou funções em 1987. “Fazíamos de tudo na altura: de paquete, de telefonista, de rececionista, trabalho na organização de exposições e de congressos”. A AAP contava com poucos trabalhadores e “o esforço era tremendo”, como foi o caso da transformação da AAP em representante exclusiva dos arquitetos (estatuto de 1988) ou a abertura da sede nacional nos Banhos de São Paulo (1994). “Foi uma semana de festa, de encontro com os arquitetos e de convívio entre trabalhadores e associados”. As transformações em 36 anos de serviço são óbvias: “O crescimento da Ordem foi gigantesco e acentuou uma vertente política. No início, a AAP era mais voltada para os arquitetos, a Ordem foi ganhando uma intervenção junto da sociedade”. Lúcia Pires, 65 anos, recorda momentos “conflituosos”, como no caso da obrigatoriedade do estágio profissional e do exame de admissão. “Houve grandes manifestações de estudantes então”; afirma que se mantém a “pouca participação dos associados na vida da instituição, mas isso já não é de agora”; e recorda transformações com impacto, nomeadamente na relação entre trabalhadores da Ordem e arquitetos, como no caso da institucionalização do Portal dos Arquitectos “que intensificou o contacto com os membros da Ordem na esfera virtual. Antes conhecíamos muito bem os arquitetos, por força da sua presença mais assídua junto dos serviços”. O crescimento profissional, uma adaptação a funções diversas e o envolvimento profundo nos assuntos da casa fazem parte do trajeto de Lúcia Pires. A homenagem que a Ordem fez pelos 25 anos de serviço foi um momento importante. “Um gesto muito bonito de reconhecimento, da direção e colegas, pelo contributo e profissionalismo que sempre tentei alcançar neste meu percurso”.

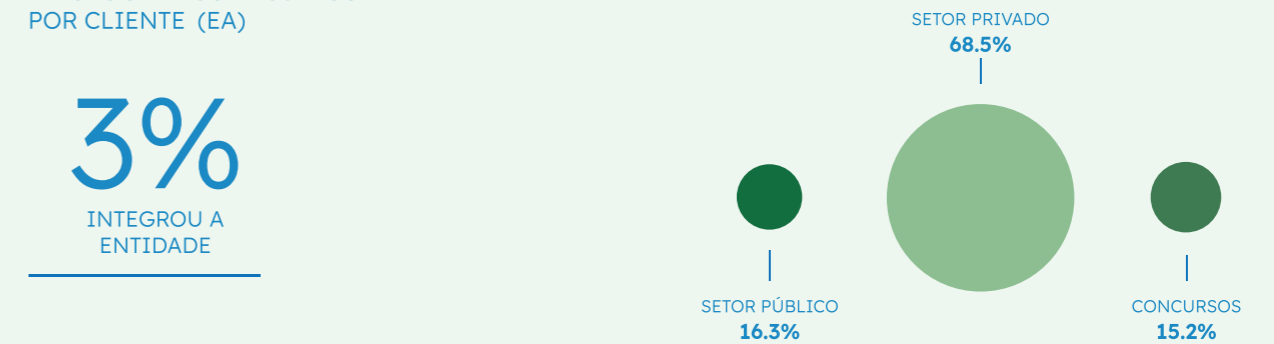
Representação gráfica do Observatório do Estágio

Dados das solicitações de Conclusão de Estágio - 1º trimestre de 2024

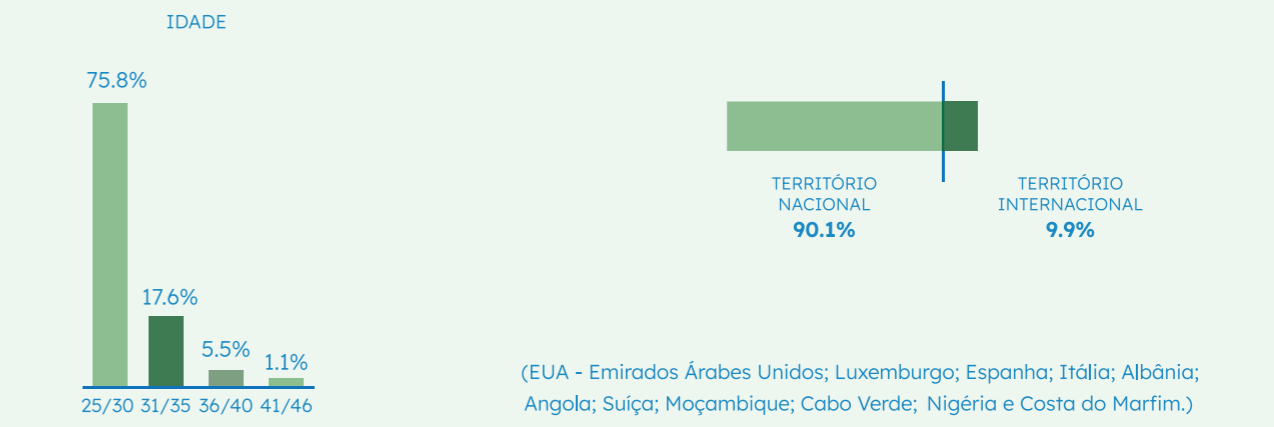
TIPOLOGIA DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO (EA)



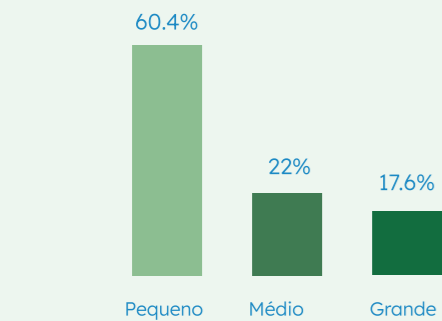
TIPOLOGIA DOS PROJETOS POR CLIENTE (EA)



GEOGRAFIA DOS PROJETOS POR TERRITÓRIO (EA)

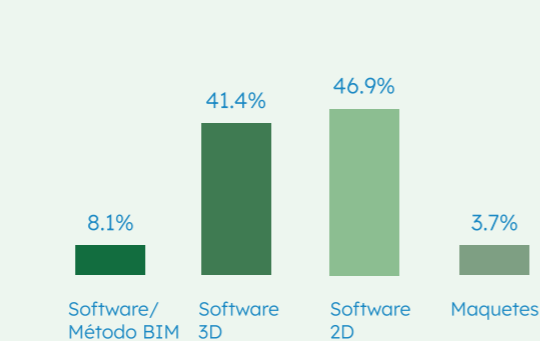


DIMENSÃO DO GABINETE DE ARQUITETURA (EA)



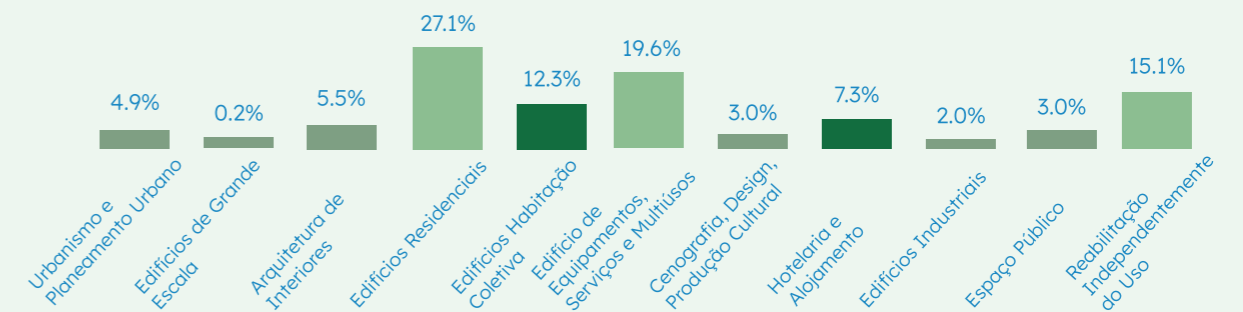
Gabinete Pequeno - até 5 colaboradores Arquitetos
Gabinete Médio - de 5 até 20 colaboradores Arquitetos
Gabinete Grande - mais de 20 colaboradores Arquitetos

METODOLOGIA DE TRABALHO GABINETE ARQUITETURA (EA)



Metodologia de trabalho referenciada pelos Estagiários nos elementos instrutórios à Conclusão de Estágio.

TIPOLOGIA DOS PROJETOS POR SETORES (EA)



Dados apresentados com base no Observatório do Estágio, realizado pela Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo, relativos ao 1º trimestre do ano de 2024, representam uma amostra de 91 Conclusões de Estágios, solicitadas a esta Secção Regional. Salvo exceção dos dados relativos à dimensão do Gabinete de arquitetura (que para o efeito são consultados os respetivos sites na internet), todos constam dos documentos entregues pelos Estagiários, nomeadamente: Declaração da Entidade de Acolhimento, Declaração do Orientador e Ficha de Atividades.

O TRABALHO DESENVOLVIDO POR ESTA SECÇÃO REGIONAL PERMITE À ORDEM DO ARQUITECTOS OBTER DADOS ESPECÍFICOS DO CONTEXTO E CONCRETIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS

Por **BRUNA REIS**, ARQUITETA | VOGAL DA SRLVT | RESPONSÁVEL PELA ADMISSÃO

A Ordem dos Arquitectos (OA) enquanto associação pública profissional, tem como prioridade, para além da defesa da Arquitectura, a regulação da profissão. Nesse sentido os serviços da Admissão desempenham um papel crucial na integração dos novos membros, promovendo entre outras coisas, ações de valorização da instituição e da profissão perante a comunidade. No sentido de estabelecer um diálogo com os futuros arquitectos e com as respetivas Instituições de Ensino da Secção Regional, foram realizados vários momentos durante o primeiro e segundo trimestre de 2024 para fomentar esta aproximação, tais como, a Celebração da Receção aos Novos Membros, realizada em fevereiro, no Teatro Thalia e visitas às Instituições de Ensino Superior, nomeadamente o ISCTE e Universidade Lusíada, no passado mês de maio, onde foram realizadas apresentações sobre a Ordem dos Arquitectos, com o tema “Terminei o Mestrado e Agora que Futuro”. Criar dinâmicas eficazes de contato e aproximação à Ordem, é neste processo essencial para que os novos membros se encontrem mais preparados e apoiados para dar resposta aos problemas específicos que terão de enfrentar no início da carreira profissional de Arquitecto.

O trabalho desenvolvido pela Secção Regional no Observatório do Estágio, e aqui parcialmente explicado, permite à OA extrair dados específicos e relevantes sobre os diferentes contextos dos Estágios e a concretização dos mesmos permitindo uma otimização do processo de Admissão, bem como informar e transmitir aos membros e à comunidade, informação relevante da sua concretização.

Para efeitos da amostra apresentada em “SECÇÃO EM NÚMEROS” foram consideradas as solicitações de 91

processos de Conclusão de Estágio, durante o primeiro trimestre de 2024, por candidatos estabelecidos na Região de Lisboa e Vale do Tejo. Com base nos dados apurados, concluímos que os processos de Estágio se encontram a decorrer com favorável enquadramento, sendo grande parte dos Estágios realizados no setor privado, nomeadamente em gabinetes de arquitetura, tendo as entidades privadas no sector da construção e do investimento imobiliário, alguma representatividade. Contudo, é no setor público, nomeadamente nas Câmaras Municipais/Institutos e outros, que encontramos menor integração dos Estagiários.

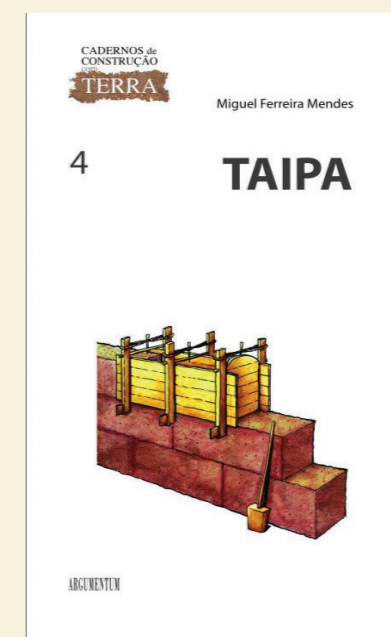
Considerando os diferentes tipos de Entidades de Acolhimento, verificamos que a maioria dos Estágios é realizado em gabinetes de arquitetura de pequena dimensão. Relativamente aos métodos de trabalho adotados, os dados são transversais às diferentes entidades de acolhimento e à sua dimensão, recorrendo a maioria a metodologias de trabalho baseadas em Software de desenho 2D e 3D, sendo cada vez mais recorrente a referência a recurso de Software/ Metodologia BIM, em perfeito alinhamento com as premissas europeias que pretendem a uniformização e implementação generalizada desta metodologia até 2030. Concluímos também que a maioria dos projetos em que os estagiários colaboraram, aprofundam e sedimentam conhecimentos, são projetos em território nacional, e é o setor privado o promotor com maior preponderância, seguindo-se os projetos referentes a concursos de Arquitectura e setor público. Alinhado com o Setor da construção e com o contexto atual nacional a maioria dos projetos correspondem a edifícios residenciais, de habitação coletiva, equipamentos/serviços/multiusos e a reabilitação, sendo esta última transversal aos diferentes tipos de uso.



CASAS . HOUSES
ATELIER D' ARQUITECTURA
J. A. LOPES DA COSTA

Autor: J. A. Lopes da Costa, João Paulo Rapagão
Editora: Caleidoscópio, 2023
Língua: Portuguesa

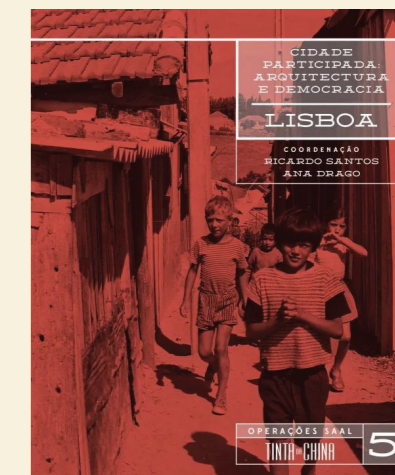
As 17 casas desenhadas pelo ateliê Lopes da Costa (2002-2019) testemunham a ligação territorial-geográfica central, a cumplicidade com os donos da obra e a rejeição da exuberância autoral. O desenho remete para “o espírito de uma arquitetura portuguesa”, com “uma multiplicidade e versatilidade férteis” pela transgressão funcional, o que leva João Paulo Rapagão (no texto “Corpos de crena e esperança”) a falar das habitações como “arquipélagos (...) programas de composições móveis e instáveis”.



TAIPA
CADERNOS DE CONSTRUÇÃO

Autor: Miguel Ferreira Mendes
Editora: Argumentum, 2023
Língua: Portuguesa

A terra é um elemento inicial na construção dos abrigos e casas pela Humanidade. O seu uso repetido e renovado proporciona níveis de grande qualidade, de conforto e durabilidade em face das condições do clima. O uso corrente desta técnica ancestral faz-se relevante em função da acessibilidade, do desempenho energético e da geração de resíduos, e projeta para o futuro as questões sobre conceção, execução e a aplicação da taipa. Com glossário técnico e bibliografia específica.



CIDADE PARTICIPADA: ARQUITECTURA E DEMOCRACIA - LISBOA
OPERAÇÕES SAAL 5

Autor: Ricardo Santos Ana Drago
Editora: Tinta da China, 2024
Língua: Portuguesa

A história do processo SAAL na cidade de Lisboa, com forte mobilização e organização populares, envolveu as comissões de moradores, equipas técnicas de apoio e uma geração de arquitectos de renome (Manuel Tainha, Manuel Vicente, Hestnes Ferreira, Manuel Magalhães, José Norberto, Artur Rosa, Gravata Filipe e José António Paradelo). A ocupação de terras, a formação de cooperativas, o desenho de novos bairros, cooperaram para que a participação das populações reivindicasse o direito à cidade.

Daniel Malhão

Instagram: danielmalhao

MAIS CANÇÕES

seis fotografias de

« *O Problema da Habitação* »

O conjunto de fotografias agrupadas sob o título genérico «O Problema da Habitação», em curso desde 2012, toma como tema central os diversos edifícios que constituem o tecido urbano das cidades onde o autor habitualmente reside e trabalha, principalmente, mas não exclusivamente, Lisboa e Viena. A sua primeira apresentação pública ocorreu em 2021 na Galeria Antecâmara, no bairro dos Anjos em Lisboa, numa exposição intitulada «Folksongs and Footnotes», abordando diversos edifícios deste mesmo bairro.

O título deste conjunto de trabalhos, «O Problema da Habitação» apropria-se de dois textos literários; o primeiro, homónimo, da autoria do arquiteto Francisco Keil do Amaral, é uma brochura, ilustrada com diversas fotografias de unidades habitacionais edificadas na Europa Central no período entre-guerras, versando sobre a identificação das carências habitacionais em Lisboa. Foi publicado em 1945 e transcreve o teor de uma conferência proferida no Porto em 1943. O segundo, do poeta Ruy Belo é o seu segundo livro de poemas editado em 1962, intitulado «O Problema da Habitação—Alguns Aspectos.» Consiste num conjunto de dez poemas nos quais o sujeito poético aborda melancolicamente as circunstâncias da existência perante a aparência de um Deus ausente.

Este trabalho fotográfico convoca e situa-se no eixo de intercepção destas duas obras. Entre o poético e o político.

O presente conjunto «Mais Canções» apresenta uma selecção de fotografias deste projecto, executadas exclusivamente em Lisboa nas zonas de Braço de Prata, Olivais, Telheiras, Marvila e Alta de Lisboa. A capa é uma vista do Bairro SAAL, Quinta do Alto.





PELALENTE DE DANIEL MALHÃO



PELALENTE DE DANIEL MALHÃO



PELALENTE DE DANIEL MALHÃO

